



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 4/2016

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2016

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1.º Secretário – José dos Santos Robalo

2.º Secretário – Sara Ramos Bilo

SUBSTITUIÇÕES

Alexandrina Dias *(substituída por Marisa Sofia Gonçalves Martins)*

Presidente da Junta de Freguesia de Alfaiates *(Substituído pelo Secretário: Manuel Martins Pelicano)*

Presidente da União de Freguesias de Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba *(Substituído pelo Secretário: Raúl Lourenço)*

JUSTIFICARAM A FALTA À PRESENTE SESSÃO:

António Luís Miranda dos Santos Serra

Maria João Xavier Perre Fonseca da Silva

Presidente da Junta de Freguesia de Foios

Patrícia Isabel Santos Quintalo

HORA DE ABERTURA: Dezassete horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal



Às dezassete horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

A presente Sessão Extraordinária foi convocada, pelo Senhor Presidente da Assembleia, no uso da competência atribuída pela alínea b) do n.º 1 do artigo 30º conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 28º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme requerido pelo Senhor Presidente da Câmara em cumprimento da deliberação tomada em reunião de câmara realizada no dia 05-08-2016, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO 1 - 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2016 E 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016-2019; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do assunto. Começou por agradecer a todos a disponibilidade para estarem presentes nesta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal e ao mesmo tempo, antes de entrar propriamente no ponto, apresentou a justificação para a realização desta Assembleia Municipal Extraordinária. Tendo dito: *“A nova legislação sobre autoridade dos transportes libertou de certa forma algumas das atribuições que tinha o IMTT para os Municípios e Associações de Municípios, nomeadamente para as Comunidades Intermunicipais. Tem sido um processo difícil de implementar no âmbito da comunidade intermunicipal e tem sido um ano de aprendizagem, pois desde o início quer a CIM quer Técnicos têm participado em ações de formação sobre esta matéria. Passou para os municípios as carreiras integradas, ou seja, só dentro de um Município e para a CIM naturalmente as carreiras interconcelhias, por exemplo no nosso caso Sabugal – Guarda. Estas situações fizeram com que houvesse um vazio enquanto uns não deixavam as suas responsabilidades e outros assumiam as novas responsabilidades. No dia 31 de julho estávamos a terminar o Protocolo/Contrato de Prestação de Serviços e a compensação às operadoras no Concelho do Sabugal. Foi criada entretanto uma Comissão ao nível da CIM, para tentar que esta assumisse as competências dos Municípios e fosse ela a liderar os processos, no entanto isso tem sido difícil de implementar também. Começando o ano letivo no dia 15 de setembro, escusado será dizer que a maioria dos Municípios, não havendo um entendimento consistente a nível de CIM, teve de iniciar um processo de trabalho que posteriormente será integrado no âmbito da CIM, mas para já é criado o regime transitório até*

2019, e como temos de decidir estas matérias para o início do ano letivo, solicitamos a realização desta Assembleia Municipal extraordinária. -----

Claro que aproveitando o facto de reunirmos uma Assembleia Municipal Extraordinária solicitámos a integração de mais dois pontos que estavam na agenda e uma outra situação mais de debate e lançamento de ideias do que propriamente deliberação. -----

A Revisão ao Orçamento de 2016 e às Grandes Opções do Plano visa dar resposta a uma situação que tinha sido prevista no início do ano, mas que se pretende consolidar com dados mais concretos. Na apresentação que é feita da revisão é referida a eficiência energética na administração pública. No início do ano estava previsto um valor para um projeto global de eficiência na iluminação pública e tinha sido previsto um projeto piloto de uma experiência teste. No fundo desaparece o projeto-piloto e vamos criar as condições para lançar a concurso um projeto de eficiência energética de iluminação pública de todo o território. Este é um dos objetivos essenciais da revisão, ou seja é no fundo permitir que se possa lançar um concurso público para reduzirmos a nossa faturação energética na iluminação pública que neste momento ronda na sua totalidade cerca de 650.000 €. Recebemos da concessionária cerca de 550.000 €, portanto estamos aqui com um deficit de 100.000 € na iluminação pública. Creio que se conseguirmos através desta operação, sem investimento da Câmara inicial e apenas nas poupanças pagar o investimento de substituição de todas as armaduras e cerca de 10.000 € e tal candeeiros por armaduras led economizadoras de energia, podemos efetivamente poupar e reduzir a fatura energética. -----

Propõe-se ainda a aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal, decorrente da existência de vários funcionários do Município que estão em situação de mobilidade intercarreiras e pretende-se concretizar essa mobilidade criando lugares no quadro para abrir concursos para que possam efetivar nos lugares criados. Para além dos funcionários em regime de mobilidade intercarreiras foram ainda criados lugares para situações detetadas pelos serviços como necessários ao normal funcionamento da autarquia. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o **Senhor Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

António Gata que depois de cumprimentar os presentes, começou por referir que apenas na presente data lera o documento e por isso tinha muitas dúvidas para poder votar em consciência. Assim perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se iria aparecer uma nova empresa de eficiência dos serviços energéticos que iria investir no Concelho, como é que essa empresa se financiava? Outra questão prendia-se com o facto de, num concelho desertificado como o nosso, saber se a questão da manutenção da iluminação pública em zonas completamente desertificadas onde ela é essencial se, se mantinha no figurino atual ou se esta empresa também iria ter intervenção. -----

Em resposta o **Senhor Presidente da Câmara** disse que o próprio texto da revisão refere que a abordagem que o Município vai fazer à eficiência energética tinha 4 patamares: -----

1. Tem a ver com a maioria das localidades do Concelho, em que se irá abrir um concurso para a substituição de cerca de 10.000 lâmpadas em que a empresa que ganhar (que será uma das empresas credenciadas que estão inscritas no sistema nacional) irá fazer essa substituição, traduzindo-se essa substituição numa poupança energética e com essa poupança energética o Município vai pagar o investimento inicial da empresa. Este tipo de contrato público é baseado na Lei n.º 29/2011. Assim ficará a maioria das localidades do Concelho com a substituição da atual iluminação por leds; -----
2. Obviamente que as zonas históricas como Sortelha, Sabugal, Vilar Maior (já tem o processo mais avançado porque com as obras de requalificação as luminárias foram sujeitas a parecer da Direção Regional de Cultura, portanto as luminárias colocadas já foram aprovadas), Alfaiates e um ou outro local considerado na Direção Regional de Cultura e que obrigue à emissão do seu parecer. Estas localidades vão entrar num processo diferente e mais moroso, com mais pareceres e com outro cuidado na intervenção e para esse efeito existe um pequeno “bolo” na CIM para eficiência energética de cada Município, sendo aí que se vai obter o investimento, através do financiamento comunitário. -----
3. A própria EDP que tem um Protocolo com a Câmara Municipal até 2020, vai fazendo a substituição de lâmpadas, essencialmente as de mercúrio. Ou seja estamos a contar que algumas, não todas, até 2020 sejam substituídas pela EDP. Considerámos que seriam as zonas mais periféricas e aproveitou para informar que a EDP, à margem do protocolo existente, iria investir na localidade do Cardeal, onde seria feito o teste de substituição de todas as lâmpadas por lâmpadas led; -----



4. Neste processo de concurso que vamos fazer estão contempladas cerca de 1200 lâmpadas que são aquelas que mesmo com leds são as mais consumidoras, irão ser geridas em tele gestão, o que significa que irá haver uma monitorização mais próxima. -----

Todas as medidas que forem implementadas a seguir e que não são obrigatórias nesta fase inicial, todas as medidas de correção e iluminação serão medidas que devem acrescentar eficiência à eficiência mínima que é prevista no Contrato. -----

Não tendo havido inscrições para intervir sobre este assunto, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, pela seguinte ordem: -----

2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2016 -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento de 2016; -----

2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016-2019 -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2016-2019; -----

PONTO 2 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AOS PROTOCOLOS/CONTRATOS DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES ESCOLARES EM CARREIRA PÚBLICA E ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PARA O ANO LETIVO DE 2016/2017, COM A VIÚVA MONTEIRO & IRMÃO, LDA. E A RODOVIÁRIA NACIONAL DA BEIRA INTERIOR; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto. Tomando a palavra e para além dos esclarecimentos já feitos disse: *“tivemos um processo negocial com as empresas operadoras no Concelho, tendo-se conseguido uma poupança eficiente relativamente aos anos anteriores. Temos um sistema misto de transportes públicos – escolares. Tivemos a preocupação de criar carreiras mais diretas ao Sabugal, o que significa carreiras que evitam que os alunos saiam tão cedo de casa, portanto há uma resposta melhor em termos de diretivos para o Sabugal. Estamos preocupados com o facto de estarmos aqui hoje e o facto de a vossa votação*



condicionar, tal como na anterior, o Protocolo e o acordo que nós queremos que funcione a partir do dia 1 de setembro e não se esqueçam que no dia 15 começam as aulas. Estamos muito preocupados em divulgar as novas carreiras, os novos itinerários, os novos percursos e os novos horários e para isso vamos usar muito os agentes de proximidade que são os Presidentes de Junta de Freguesia. ----

Estamos a criar uma linha relativamente ao projeto a que chamámos a carreira e os transportes públicos do Sabugal TPS – Sabugal + Perto, e porque queremos que as pessoas utilizem o transporte público tivemos a preocupação de colocar todos os dias do ano, de praticamente todas as freguesias para o Sabugal, transporte de manhã e regresso à noite e às quartas – feiras e dias de mercado também uma carreira ao meio dia. Foi ainda criado um circuito urbano no Sabugal que irá percorrer os principais espaços comerciais e de serviços e as outras localidades que não tiverem a carreira partimos para a nova modalidade de transporte flexível, ou seja, se alguém não tiver a carreira a passar vamos tentar complementar com o transporte a pedido. Já temos as localidades onde não passa a carreira identificados, mas que irão usufruir do transporte a pedido, o qual obedece a determinadas regras, como a obrigatoriedade de telefonema para uma central para pré-marcação, com antecedência de 48 horas.” -----

Será necessário fazer um trabalho de formatação de horário e paragens e claro que divulgá-lo o mais possível. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o **Senhor Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

João Manso que tomando a palavra e depois de cumprimentar todos os presentes disse ter estado a analisar o contrato com cuidado e verificara duas ou três que gostaria de esclarecer melhor. No circuito 3 que começava nos Forcalhos e acaba no Sabugal, a previsão era de 47 alunos a serem transportados e havia 51 lugares disponíveis, não sabendo se seriam poucos lugares para os passageiros. O mesmo acontecia no circuito 9, de Aldeia do Bispo para o Sabugal, em que previa 20 alunos a transportar e apenas 24 lugares disponíveis. Relativamente ao circuito urbano, o circuito 10, que será para o transporte dentro dos limites da Cidade do Sabugal apenas irá haver duas viagens, uma de manhã e outra ao fim da tarde, no seu entender se houvesse mais uma viagem na hora do almoço talvez viesse a beneficiar mais algumas pessoas, exemplificou com uma pessoa com



dificuldades de mobilidade que ia ao centro de saúde, depois poderia ter dificuldades em regressar a casa. -----

Outra questão que abordara em sessões anteriores tinha a ver com os alunos em que por vezes é necessário transportá-los, nomeadamente em atividades organizadas pela Câmara ou pelo Agrupamento de Escolas do Sabugal na Sede do Concelho e às vezes há dificuldade em transportar os alunos 1º ciclo ou até do pré-primário. Estivera a ler as diferentes cláusulas e não vira qualquer referência a isso, sugerindo que na cláusula 14ª fosse incluído eventuais serviços ocasionais para que as crianças do pré-primário e do 1º ciclo possam vir a ser transportados, pois o autocarro da câmara nem sempre está disponível. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta à intervenção feita e relativamente à situação da lotação disse estar prevista, tendo sido contabilizado em determinado momento a utilização de dois autocarros para a mesma carreira. -----

A vantagem que este Protocolo tinha relativamente aos anos anteriores é que contabilizava exatamente os quilómetros feitos pelo autocarro em cada dia, por isso haverá flexibilidade para eventualmente resolver a questão da carreira urbana. -----

Continuando disse: *“Tentámos encontrar uma metodologia de compensação similar para as duas operadoras e ambas foram obrigadas a responder a um conjunto de questões colocadas pelo Município relativamente à quilometragem, amortizações, trabalhadores, a forma como iria funcionar o passe social, entre outras e essa situação, como tivemos no Protocolo anterior no qual tínhamos uma folga de cerca de 20.000 Kms para serem utilizados ao longo do ano em transporte ocasional, este ano entendemos que não podia passar por um modelo de compensação, porque a compensação é trabalhada à luz do regulamento 1370/2007 da União Europeia, e estar a comprar quilómetros ocasionais não era correto e como todos sabem estes Protocolos são submetidos ao Tribunal de Contas para obtenção de visto, por isso essa aquisição será feita à parte através de uma prestação de serviços autónoma com a operadora.”* -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o assunto a votação tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, com o voto contra do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rendo, **aprovar a Repartição de Encargos e autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais relativos aos Protocolos/Contratos de Serviço Público de Transportes Escolares em Carreira Pública e Atribuição de Compensação Financeira desde o dia 1 de setembro de 2016 e término a 31 de agosto de 2019, com a Viúva Monteiro & Irmão,**

Lda. e a Rodoviária Nacional da Beira Interior. Não esteve presente durante a discussão e votação deste assunto a Senhora Ana Luísa Fonseca de Brito Monteiro, por se encontrar impedida. -----

PONTO 3 - DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2016 E AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do assunto. Disse ter sido aprovada esta alteração em reunião de câmara e aproveitaram a oportunidade da realização da Sessão Extraordinária para submeter esta alteração e assim poder abrir concursos ainda este ano. A motivação principal prende-se com a existência de um grupo de Técnicos que se encontram em regime de mobilidade intercarreiras cuja concretização na respetiva carreira apenas poderá ser feita através de concurso. No entanto ao fazer esta alteração ao Mapa de Pessoal tinham aproveitado a oportunidade para abrir lugares para recolocação de Técnicos nas funções que tinham na presente data, nomeadamente dois lugares de Fiscal Municipal. A necessidade existente de um técnico de manutenção para os vários equipamentos do Município bem como a necessidade de alguns auxiliares de serviços gerais tinham sido incluídas nesta alteração. No fundo tratava-se de dotar a Câmara de pessoal porque desde 2011 não tem havido pessoal a entrar na Câmara, a não ser os funcionários da Empresa Municipal da Sabugal+. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Depois de cumprimentar os presentes **José Ilídio Clemente**, usou da palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara quantos lugares estavam a ser criados no Mapa de Pessoal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta à questão colocada disse terem sido criados 28 lugares. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto a votação tendo a Assembleia Municipal deliberado, **por maioria, com duas abstenções, do Senhor Carlos Luiz e da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal do Município do ano de 2016 e assunção de compromissos plurianuais.** -----

PONTO 4 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. -----





O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do assunto. Assim disse: *“Agradeço esta disponibilidade porque não é normal o próprio Executivo Municipal solicitar à Assembleia Municipal a discussão de um tema que a ver com a participação dos 5% no IRS no Sabugal. Aqueles que estão mais habituados a estas lides sabem que na Assembleia Municipal de Setembro são sempre colocados na agenda um conjunto de taxas, nomeadamente a Taxa Municipal de Direito de Passagem, as taxas do IMI e a participação do IRS. Os Técnicos Municipais atempadamente propuseram à reunião de câmara do dia 13 de julho a questão da participação variável na taxa de IRS. Nos últimos anos como vocês sabem nós temos aprovado o valor de 5%, beneficiando assim no ano seguinte os contribuintes residentes no Concelho da redução de 5% no seu IRS. No decorrer da discussão e do trabalho que foi feito ao nível do Executivo Municipal, nós entendemos que era o momento de colocarmos previamente na Assembleia Municipal este assunto à discussão, para solicitarmos recomendações para que a Câmara trabalhe ou proponha esta situação do IRS. Entendemos que a redução dos 5% para quem cá reside, para aqueles que pagam impostos, são contribuintes e vivem do rendimento do trabalho é uma ajuda mas a população alvo desse desconto não será talvez aquela população que nós entendemos que deve ser mais ajudada, nomeadamente jovens, crianças e idosos. Nesse sentido cremos aferir da vossa sensibilidade e desta prática porque ao longo destes anos a Assembleia Municipal tem deliberado a libertação destes 5%. Há um conjunto de medidas que o Executivo Municipal entendeu que seriam mais úteis e compensatórias deste esforço porque estamos a falar de um esforço de cerca de 300.000 € que a Câmara Municipal do Sabugal deixa de receber. Este dinheiro poderia ser gasto em medidas (estando algumas já a ser implementadas) que poderiam ser implementadas e identificadas por grupo de trabalho a constituir-se em colaboração com a Assembleia Municipal, nomeadamente medidas para fixação de jovens e famílias. Medidas que incidissem mais sobre a fixação de casais jovens, o trabalho e o apoio às famílias. Neste momento é o que me apraz dizer para eventual discussão ou abordagem na Assembleia Municipal.”* -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o **Senhor Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Malcata**, para depois de cumprimentar os presentes dizer que de facto este era um assunto que interessava a todos, pois *“podemos beneficiar outros mas sabemos que a carga fiscal que temos neste momento realmente é*



A

muito grande. A verdade é que o Município deixou de receber o valor referente a essa percentagem, mas em contrapartida também o irá receber porque se a pessoa tiver mais dinheiro mais dinheiro gasta. O imposto que cada um paga já é tanto que se poder beneficiar de alguma coisa seria ótimo.”

Depois de cumprimentar os presentes o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soito** usando da palavra disse tratar-se de uma boa ideia e uma vez que o assunto não estava para votação mas sim para ser debatido perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual o conjunto de medidas sociais em que iria ser revertido este dinheiro. No ano passado foram cerca de 263.000 € que reverteram a favor dos munícipes e no seu entender este valor dava perfeitamente para pagar os almoços a todas as crianças da escola, os livros e até as creches. Quem beneficiava diretamente eram as crianças e os pais que por sua vez trabalhavam no Concelho do Sabugal. Esta é uma medida muito boa, dando como exemplo um pai que pagasse 600 €/ano pela creche se tivesse dois filhos na creche pagava 1.200,00 €, por sua vez se esse dinheiro revertesse para pagar a creche dessas duas crianças, essa família pouparia 1.200,00 € por ano. No seu ponto de visto se esse valor for revertido em medidas sociais onde se beneficie principalmente as crianças do Concelho do Sabugal para si era uma boa medida. -----

Retomando a palavra o **Senhor Presidente da Assembleia** disse que do ponto de vista da concretização das medidas sociais estas não tinham sido colocadas de forma clara, sendo medidas sociais em termos genéricos independentemente da natureza da medida, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer isso. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** em resposta disse: *“É evidente que não enumerei nenhuma medida porque estava à espera que houvesse debate aberto, ou seja, que lhe transmitissem se deveria ou não manter-se os 5% e se esta seria ou não uma boa medida. -----*

A Câmara do Sabugal aproveitando a deixa do Governo de pagar os livros ao 1º ano do 1º ciclo aproveitámos e vamos pagar os livros aos alunos do 2º, 3º e 4º ano e pagar as fichas aos alunos do 1º ano porque não estavam incluídas no pacote do Governo. -----

Vou enumerar-vos algumas medidas que já estão implementadas no nosso Município embora a divulgação daquilo que é feito nem sempre seja do vosso conhecimento. -----

As medidas que fossemos adotar aproveitando parte ou totalidade desta participação do IRS seriam sempre medidas novas. -----

A maneira mais fácil de sair na comunicação social é de facto dizer que o Município do Sabugal faz parte dos 15 Municípios do país que libertam os 5%. -----





Na área da ação social, educação e na área da saúde já foram implementadas algumas medidas, nomeadamente: -----

1. Apoio às valências de creche, vai ser implementada. Vamos atribuir a cada criança matriculada em creche 40.00 € por mês; -----
2. Apoio às famílias na componente de apoio à família no Jardim-de-infância. Tem a ver com o prolongamento de horário e refeitório; -----
3. Apoio à família na entrega de manuais escolares do 2º ao 4º ano e fichas ao 1º ano; -----
4. Transportes Escolares gratuitos para toda a gente, inclusive para o secundário; -----
5. Material didático para jardim-de-infância e EBI; -----
6. Piscinas gratuitas para as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo; -----
7. Apoio auxiliar nas escolas do 1º CEB; -----
8. Apoio às famílias em vulnerabilidade, à edificação; -----
9. Na área social, programas ocupacionais autárquicos com algumas freguesias; -----
10. Recuperação de habitações; -----
11. Passe social; -----
12. Serviço de Transporte Público; -----
13. Vamos adquirir uma Unidade Móvel de Saúde, esta para todos os Municípios da CIM; -----
14. Estamos a trabalhar um projeto de teleassistência com os idosos isolados; -----
15. Cartão Social; -----
16. Universidade Sénior. -----

Estas são apenas algumas havendo muitas outras. -----

António Gata disse: “Há alguns anos nesta Assembleia Municipal defendi que deveríamos ter abdicado dos 5% e esse dinheiro deveria ser canalizado para ação social. Por isso dou os parabéns ao atual Executivo que foi nesse sentido. O Senhor Presidente focou um aspeto que na minha opinião é dos mais importantes que é a fixação de casais jovens no Concelho.” Quanto à oferta dos manuais escolares disse não concordar com a medida adotada porque havia muita gente no Sabugal que não necessita que a Câmara lhe pague os manuais escolares. A Câmara tem a obrigação de fazer um trabalho com muita seriedade e muito criterioso para atribuir o dinheiro a quem dele necessita porque se não for dessa forma claro que não estará de acordo. -----

Depois de cumprimentar os presentes o **Senhor João Manata** disse tratar-se de um assunto que merecia ser estudado. Em princípio estará de acordo mas a nível de ação social existia um problema



que também passava pelo nosso concelho, porque embora este Governo afirmasse que o Transporte de doentes iria passar à forma antiga isso não aconteceu e havia muitas pessoas que estavam com grandes dificuldades para ir a uma consulta a Coimbra, sendo na sua opinião um das coisas em que a Câmara podia e devia intervir. -----

João Manso disse que poderia ser uma medida interessante mas tinha de ser muito bem planeada porque para todos era sempre complicado. Quanto à questão dos manuais escolares, por vezes quanto mais se dá menos valor se dá a essas mesmas coisas. Relativamente a esta proposta, em termos fiscais *“não me importo de abdicar dos meus 5%, devendo ser criado um grupo de trabalho para analisar bem a situação. Estou de acordo com o Senhor Presidente da Câmara, deviam ser as crianças, adolescentes e os idosos os eventuais beneficiários. Mas para esta medida ser aprovada em setembro penso que já deveria ter sido feito um regulamento ou um documento bastante adiantado para depois podermos votar conscientemente, porque assim estamos a votar uma medida que não sabemos depois como vai ser implementada.”* -----

Depois de cumprimentar todos os presentes o **Senhor Joaquim Carreto** disse não concordar sendo da opinião que se deve manter os 5% e quanto à situação referida pelo Senhor António Gata de discriminar e ver quais são as pessoas que realmente precisam, disse que nunca se era justo nessa situação, por mais que se quisesse, porque depois *“atribui-se àquele mas este afinal também precisa, como a questão dos livros deve dar-se a quem precisa. Conheço casos de pessoas que levam os filhos à escola de BMW e Mercedes e recebem os livros gratuitos no secundário, então afinal está a ser bem aplicado o dinheiro? Não. É com 300.000 € que se vai apoiar tanta coisa? Quanto é que a Câmara gasta com a aquisição dos manuais este ano? Falou-se aqui de poupança energética, então se vai poupar dinheiro em energia esse dinheiro não pode depois ser aplicado nessas medidas? É uma questão de racionalização dos meios e dos dinheiros. Só somos 15 a nível nacional, ótimo, felizmente que estamos na vanguarda. Não se trata dos 5% mas não concordo com essa medida.”* --

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que agradeceu as intervenções e disse entendê-las. Disse não ter consigo nenhuma proposta, aliás nos últimos anos tem sido sempre aprovado os 5% e perguntou se a aprovação desta percentagem tinha alguma justiça social? Continuando disse: *“A única nota que vos quero deixar relativamente àquilo que foi dito, entendo o que o António Gata e o João Manso disseram relativamente à questão dos manuais escolares mas entendam também que essa medida tinha dois ângulos de visão, uma é o olhar de quem está cá dentro, que é esse que vocês transmitiram, pagaram a todos aquele podia e o outro não podia,*



mas quem está a olhar do lado de fora diz que no Município do Sabugal, sou um casal jovem, vou para lá tenho os livros e as creches pagas, para quem está a olhar do lado de fora que não está a olhar se os que estão cá dentro são ricos ou pobres. Se disser que os livros são pagos aos mais pobres, então vêm para cá apenas os mais pobres. -----

Relativamente ao processo em si, acho que deve ser criada uma Comissão da Assembleia Municipal que trabalhe um pacote de medidas para atração de jovens, casais jovens e famílias. Deve ser constituído esse grupo de trabalho para analisar, propor e estudar medidas concretas e cá estaremos para saber se o Município tem muito dinheiro ou tem pouco para desenvolver essas medidas.” -----

Depois de cumprimentar os presentes a **Senhora Marisa Martins** usando da palavra disse ter ouvido com alguma atenção mas continuava com a mesma dúvida, ou seja em termos de números ao ser implementada esta medida quanto lhe saía do seu bolso, porque provavelmente o que lhes poderia ser retirado era mais do que lhes poderia ser atribuído. A única coisa que prendia as pessoas no concelho era sempre a mesma, ainda se considerava um casal jovem, mas a única coisa que a prendia aqui era o emprego, não valia a pena inventarem medidas sociais porque a única coisa que podia prender aqui eram os empregos. Se lhe dissessem que com esse dinheiro conseguiam criar empregos para pessoas que estavam desempregadas e que não tinham de sair! *“Tenho o meu marido que trabalha aqui e tem um emprego minimamente estável, eu não tenho, mas se os dois não tivermos, não podemos ficar aqui enquanto casal e, enquanto um casal jovem não se fixar no Sabugal, que são eles que têm filhos e quando deixar de haver filhos pequenos vai deixar de haver pessoas aqui, porque não é um miúdo com 18 anos que vive toda a vida em Lisboa que vem morar para o Sabugal quando tiver 20 anos ou quando casar.-----*

Ajudem as pessoas socialmente da melhor forma mas na minha opinião se tiver de abdicar desse dinheiro não concordo que seja em medidas sociais, porque as ajudas não chegam às pessoas que precisam.” -----

João Manso disse: *“Sou a favor das ajudas mas também que devem ser fiscalizadas. Por exemplo um aluno tem acesso aos livros mas se depois não é assíduo ou não tem sucesso escolar, então no ano seguinte não deveria ter esse apoio aos livros, porque as famílias têm de ser responsabilizadas por essas mesmas ajudas. Se essa equipa de trabalho se formar acho que é importante estas coisas ficarem claras. O dinheiro não pode ser entregue ao pai ou à mãe mas sim à Instituição, caso contrário nunca conseguimos saber se o dinheiro vai ser gasto naquilo que se pretende gastar.” ----*

João Manata disse: “*Em relação aos livros escolares o ensino e a saúde deveriam ser gratuitos para todos, independentemente de terem dinheiro ou não. O Senhor Engenheiro Belmiro de Azevedo tem tanto direito de ser tratado no Hospital Público como tenho eu ou como tem um indigente. Um neto do Belmiro Azevedo deve ter tanto direito aos livros como outro que não tem nada porque para mim o ensino e a saúde devem ser gratuitos.*” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Nave disse: “*Sou um casal jovem que vim de França e até ao 9º ano sempre tive livros gratuitos, o que não fez com que não agradecesse esses pormenores. Estou neste momento a residir no Concelho do Sabugal e são estes pormenores que fazem com que me sinta agradecida em viver cá. Concordo plenamente com essa medida.*” -----

Depois de cumprimentar os presentes, o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bismula** usando da palavra disse: “*Esta questão dos livros e todas as concessões que a Câmara faz para isto ou para aquilo a pessoas, tem de ser de facto fiscalizadas, porque temos pessoas que usam o passe social da carreira e têm mais do que o rendimento mínimo atualmente existe para os trabalhadores e isso não é digno, é preciso saber de facto quanto é que essas pessoas recebem. Para as concessões sociais tem que haver justiça porque o dinheiro é pouco e faz falta a todos. O Senhor Presidente disse que eram 15 Municípios que cediam os 5% do IRS, acho bem, pois quem é que paga o IRS neste Concelho? A grande maioria são os idosos, são aqueles que não têm por onde fugir e assim de alguma maneira eles sentem que são ajudados.*” -----

António Gata disse: “*Relativamente aos 5% que abduco de receber do meu IRS que é a questão aqui em discussão, não tenho filhos para receberem manuais gratuitos, já cá estudaram mas tive de os comprar desde o 1º ao último. Disse que abduco dos meus 5% mas se abduco também tenho o direito de exigir que aquilo de que eu abduco seja utilizado racionalmente.*” -----

Retomou a palavra o **Senhor Presidente da Assembleia** para clarificar que a Assembleia iria ser chamada futuramente a pronunciar-se e teria perante a Mesa duas questões, a primeira se deveria manter-se a decisão anterior e portanto manter os 5% dos últimos 5 anos (que equivale a 1.4 milhões de euros que são devolvidos aos cidadãos, o que significa que o Estado cobra aqui 5.3 milhões de euros por ano e devolve 663.000 €) e a segunda se a Assembleia aceita abrir uma nova frente que crie valor acrescentado ao Concelho e que possa discutir um conjunto de medidas orientadas para uma política de valor acrescentado e não só meramente redistributivas, sendo essa a questão que a Assembleia irá ter de discutir. A preocupação que a Câmara nos apresenta é poder entrar num novo



paradigma de redistribuição deste dinheiro mas com políticas diferentes, até porque segundo o Senhor Presidente da Câmara transmitiu havia um conjunto de medidas de natureza social que eram praticadas podendo eventualmente ser reforçadas com outros valores mas este ponto concreto da redistribuição dos 263.000 € que poderia criar uma dinâmica de futuro diferente era para uma nova vertente de políticas que tragam valor acrescentado ao Concelho. Esse aspeto é importante porque não se vai criar uma Comissão que vai discutir se vamos distribuir livros ou não, aqui estamos a discutir uma questão de política pura e dura. O Presidente da Assembleia criará com todo o gosto essa Comissão mas o cerne da discussão dessa Comissão é se há possibilidade de a Assembleia abrir uma nova frente política de distribuição desse dinheiro que crie valor acrescentado para o Concelho independentemente da natureza e do tipo das medidas ou ficará no mesmo tipo de medidas e distribuída da forma que já existe. -----

Joaquim Carreto tomou novamente a palavra para sugerir à Câmara que afetasse não os 5% mas 2,5% para essas medidas, assim acaba por abranger as duas situações. -----

De seguida concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para dizer: *“Efetivamente é isso. Estou aqui de certa forma como auditor e fui tirando notas sobre a opinião dos Membros da Assembleia. Começo por dizer novamente o seguinte, a Câmara ainda não tem nenhuma posição pré-definida relativamente a esta matéria mas, analisando pela primeira vez o tema este ano, entendemos que fazer igual, os 5%, estava garantida a sua aprovação na Assembleia e ficamos todos satisfeitos, no entanto nós entendemos que poderia ser o momento de provocar esse debate no seio da Assembleia, obviamente a proposta final seria do executivo mas estrategicamente é isto que o Senhor Presidente da Assembleia disse. -----*

Ouvira a intervenção da Senhora Marisa Martins e era verdade que o posto de trabalho, o emprego e as empresas são o essencial para fixar as pessoas, mas isto são também medidas acessórias complementares a essa qualidade de vida que se pode dar às pessoas que se querem cá fixar porque têm emprego.” -----

Retomou a palavra o **Senhor Presidente da Assembleia** e dirigindo-se a todos os Membros da Assembleia disse que dada a natureza confusa do tema, nesta fase ainda não seria criada a Comissão da Assembleia Municipal. -----

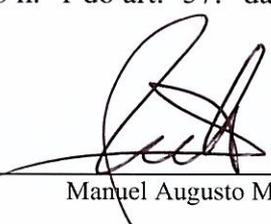
Não havendo mais intervenções a Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento apresentado sobre a Participação Variável do IRS. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia**, na sequência de inscrição, deu a palavra a José Teles que usou da palavra para agradecer a gentileza e o apoio prestado pela Senhora Vice-Presidente da Câmara e pelo Senhor Joaquim Leal durante o tempo em que estivera doente. -----

Findas as intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram dezoito horas e cinquenta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Isabel Gonçalves, Técnica Superior que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia, _____


Manuel Augusto Meirinho Martins

A Técnica Superior, _____


Isabel Gonçalves